

Turismo geoeducativo e integração regional no Ceará

Christian Dennys Monteiro de Oliveira (cd49@uol.com.br)*

Resumo

Componente do projeto Visitação: Desafios e Práticas do Turismo Geoeducativo no Estado do Ceará, o presente trabalho corresponde a um ensaio teórico a respeito do Turismo como estratégia educacional integração de municípios. Tal projeto desenvolvido pelo departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará trabalha os aspectos pedagógicos e culturais dos ambientes turísticos de 15 localidades do estado, selecionadas dentro de uma amostragem de regiões com potencial turístico (segundo o Programa de Regionalização do ministério do Turismo). A proposta central do trabalho reúne três objetivos concomitantes: 1º Apresentar as bases de um Turismo de enfoque comunicacional, dentro do paradigma da complexidade e das estratégias de mediação cultural propostas por Martin-Barbero (2003); 2º Trabalhar o papel pedagógico contemporâneo das visitas técnicas, pouco praticadas no ensino básico, mas correspondente às perspectivas de qualificação educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais; 3º Mostrar que os investimentos municipais em roteiros turísticos - contabilizando todo o custo de marketing em médio prazo - é mais rentável e socialmente equitativo a medida que envolve a parceria com outro município da mesma região.

Palavras-chave: Turismo Educativo; Visitação; Integração Regional; Complexidade.

Abstract

This article integrates the first results of the project Visitation: Practical challenges and of the Geoeducativo Tourism in the State of the Ceará, developed in the Department of Geography of the UFC. It argues the pedagogical and cultural aspects of tourist environments in different localities of the state, selected inside of a sampling of regions with tourist potential, as the Tourism Regionalization Program, the Federal Government. Initially, the text presents the bases of the tourism with comunicacional approach, inside of the paradigm of the complexity and the strategies of cultural mediation. Later it says of the pedagogical paper of the visits techniques and the necessity to practice them in official basic education, following the recommendations of the current law. It demonstrates despite the municipal investments in tourist scripts become more productive by means of the promotion of the interchanges and flows in one same region.

Key-words: Educative tourism; Visitation; Regional Integration; Complexity.



Introdução: leituras preliminares do turismo e suas parcialidades

As origens do Turismo remontam a antiguidade dos povos e civilizações! Eis o caminho mais fácil - e inoperante - para o empobrecimento das reflexões a respeito desse fenômeno contemporâneo.

As viagens propriamente turísticas têm sua demarcação histórica precisa no "Grand Tour". Viagens realizadas pelas famílias européias, a partir do séc. XIX, em busca de lazer ou estudo, aproveitando as condições técnicas e monetárias resultantes dos ganhos da Revolução industrial (Urry, 1996). Falar de Turismo antes disso é afirmar que qualquer viagem, por qualquer motivo e organização, contém a natureza essencial dessa prática. Em outras palavras, é não dizer nada que ultrapasse o senso comum. Seria semelhante à afirmação simplória de que o capitalismo nasceu, "em natureza", com o dinheiro e o poder. O que isso acrescenta cientificamente para a compreensão do fenômeno? Entende-se aqui que isso só atrapalha.

O presente trabalho, ao contrário, reconhece a precisão histórica do Turismo como fenômeno contemporâneo da sociedade urbana e industrial. Por isso permite a compreensão do mesmo na interface dinâmica com outros movimentos demográficos mais antigos. Movimentos esses que ajudam essa abordagem no tratamento do Turismo como uma prática comunicacional, no espaço geográfico. São eles: as peregrinações, as migrações (permanentes ou periódicas), o nomadismo e a própria visitação.

A atividade de visitar é reconhecida pela Organização Mundial de Turismo (WTO) com sede em Madrid, como uma generalização do processo turístico. Esta inclui tanto a viagem de excursão (sem hospedagem) quanto o turismo padrão; aquela viagem definida por uma estada mínima de 24 horas, com pernoite, em local

diferente de sua localidade de moradia. A perspectiva da WTO é evidenciar a expressão econômica do Turismo no mercado internacional, supervalorizando seus mecanismos de investimento estratégico para geração de lucro, renda e postos de trabalho. Nestes termos, tem-se uma valorização da visita como uma prerrogativa do consumidor-cliente. Pretende-se prioritariamente interpretar a viabilidade do Turismo pela relação mercadológica entre turista / atrativo ou hóspede / condições de hospedagem.

É no bojo dessa compreensão parcial do processo de visitação - redutor do Turismo a um simples setor da economia local - que se desenvolve o avanço a Indústria do turismo no Estado do Ceará. A economia do setor expressa, nas duas últimas décadas, uma avassaladora harmonia com as marcas da modernização neoliberal do Estado Brasileiro. Sob a liderança dos "governos das mudanças" (de Tasso Jereissati, Ciro Gomes e Lucio Alcântara) o Estado do Ceará incorporou um projeto hegemônico de turistificação das regiões costeiras na perspectiva do planejamento sistêmico de localidades "com vocação" para o lazer praiano.

Seguindo modelos concentradores de investimento e promoção (nacional e internacional), em áreas paradisíacas, o Turismo veio se instalando como vetor de desenvolvimento regional (Coriolano, 2005). Canoa Quebrada, Morro Branco, Beberibe (no litoral leste), Cumbuco, Lagoinha, Jericoacoara (no oeste), formam um grupo significativo de localidades que reinventam a imagem do Ceará. De região marcada pelas secas, fome e atraso rural, nasce uma paisagem associada, pelo marketing turístico, à vivência do prazer, da fartura de oportunidades e da descontração. Nenhuma dessas praias altera verdadeiramente as calamidades

*Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará. Integrante dos Programas de Mestrado Acadêmico em Geografia e Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas pela mesma Universidade. Pós-doutor em Turismo pela Escola de Comunicações e Artes da USP e doutor em Geografia Humana. Publicou os livros "Basilica de Aparecida" pela editora Olho d'Água (2001) e "Turismo Religioso" pela Aleph (2004), além de diversos outros artigos nas áreas de Geografia do Turismo, Ensino e Cultura

interioranas e litorâneas. Mas viabiliza uma ideologia sustentada na modernização articuladora de sua capital, Fortaleza, considerada pelos indicadores dos últimos dez anos (1996-2005) como a metrópole brasileira com maior expansão do receptivo internacional, em números relativos.

Esse conjunto de informações aparentemente favoráveis esconde, entretanto, uma constante insustentável. As comunidades regionais do interior do próprio estado, da área metropolitana ou dos núcleos urbanos médios (Sobral, Juazeiro do Norte, Jaguaribe, Icó, Quixadá etc.) em nenhum momento são promovidas à condição de "público alvo" para a atividade turística. Dá-se, na leitura economicista da indústria do Turismo uma cisão absolutamente insuperável (Peirce, 2003). Turista é necessariamente o estrangeiro, preferencialmente o europeu, ocasionalmente o sul americano, o paulista; o carioca e raramente o próprio nordestino. Os dados oficiais, em contrapartida, desmentem tudo isso. Um cearense, no Ceará, jamais pode ser um turista? Por que? Ora, porque se constitui uma barreira conceitual afim de não reconhecer a complexidade do fenômeno e manter a sociedade à margem do mesmo.

O desenvolvimento de um turismo, elitista e concentrador, é uma garantia perversa de que outros turismos não mediarão a emancipação social no Estado do Ceará. Desenvolvimento sem emancipação é como caminhar em círculos (Ferreira, 2001). Não avançar, portanto, para a perspectiva integradora que se vislumbra nesse projeto.

A realidade especulativa de investimento setoriais no Turismo, em uma lógica excludente e limitada à preparação de receptivos locais, trabalha sobre a política de segregação. O empreendimento hegemônico do desenvolvimento turístico é necessariamente segregacionista. Mesmo quando planeja a diversificação de tipos, inventariando segmentações locais - ao

apontar a "vocaçõo" da comunidade local - o Turismo segrega. Constrói um verdadeiro aparato funcional de monocultura econômica dentro de uma embalagem pós-moderna. Apresenta-se como planejamento sistêmico, profissional e estruturalmente sustentável. Mas não passa de uma simulação retórica que, por unanimidade, afirma sua capacidade gerar de emprego e renda, sem jamais alertar como e para quem isso será mais vantajoso. Para o ouvinte mais atento não é preciso lembrar que extrativismo do pau-brasil foi o primeiro gerador de emprego e renda para as comunidades indígenas desse país.

Essa mórbida analogia não se afasta do processo que está em curso entre os 184 municípios do Estado do Ceará. E seu lado perverso e segregacionista é afirmar: se este lugar não possui *pau-brasil contemporâneo* - leia-se: praia, serra, parque, patrimônio histórico edificado ou calendário de eventos permanentes - que vá encontrar outro caminho econômico. Não se meta com o Turismo porque isso é coisa para poucos! Resultado histórico. Quando o pau-brasil se acabar restará terras "sem fim" para plantar cana-de-açúcar e substituir uma pilhagem por outra. Eis o porque se entende a discriminação de "lugares" ou "regiões" turísticas como um senso comum de discriminação, geograficamente insustentável.

A abordagem setorial-segregacionista do Turismo de modelo hegemônico não estabelece condições para as mediações culturais, seguindo o raciocínio teórico de Martin-Barbero (2003). A idéia que predomina na ação política das empresas interessadas e governantes - no Ceará, isso se traduz mais claramente nos últimos 20 anos, com a Era Jereissati - é a de conscientização para o "desenvolvimento do Turismo". Jesus Martin-Barbero e outros teóricos dos Estudos Culturais na América Latina¹ permitem uma compreensão menos miraculosa do Turismo,

¹Ver Introdução aos Estudos Culturais de André Mattliert e Érik Neveu (São Paulo: Parábola Editorial, 2004)

fazendo-o enquadrar-se como uma prática comunicacional com propriedades geográficas explícitas. O que corrobora a leitura geográfica do Turismo como reordenação territorial de crescente contradição.

Apesar da expansão da atividade turística e da mobilidade espacial de turistas (propiciada pelo progresso dos transportes), há inúmeros lugares no mundo que não foram apropriados pelo turismo. Certa seletividade espacial orienta a eleição, pelo turismo, de determinados pontos do território, em cada momentos histórico (CRUZ, 2000, p.18)

Dentro de uma outra abordagem, centrada na perspectiva de que o turismo corresponde a uma Mídia, a um meio de comunicação territorialmente administrado, pode-se estabelecer o confronto imediato dessa condição seletiva. Não se trata apenas de democratizar a Indústria do Turismo como requer os defensores do turismo social ou da multiplicação de segmentos e tipologias (Boullón, 2002). A busca de inclusão, por si só não confronta o modelo segregacionista. Trata-se de "minar o modelo" demonstrando a possibilidade do fazer turístico em territórios aparentemente não atrativos; ou mesmo repulsivos da atividade turística. No Estado do Ceará, fora a seletividade de algumas praias, cidades e serras, esses territórios corresponde ao imenso sertão semi-árido. Um total aproximado de 85% do território cearense é coberto pelo domínio vegetal e morfoclimático da Caatinga. O que dá aos empreendimentos turísticos de "Sol e Praia" um caráter de exceção aos sistemas naturais predominantes.

Pode-se manter o investimento e o estudo do Turismo regional nesse enfoque de valorização das parcialidades. Mas também é possível contrapor outros caminhos para uma reflexão mais integradora e inclusiva do Turismo no Ceará. Qual a imagem seria

derivada de uma prática comunicacional do Turismo?

Turismo: uma prática comunicacional entre regiões

O processo de regionalização dos territórios contemporâneos ganhou uma dimensão de alta complexidade a partir do avanço da globalização neoliberal (Santos, 1996). Um conjunto de fatores sobreposto, muitas vezes de maneira excessivamente conflituosa, ser assumido pelos governantes como o modelo de desenvolvimento mais plausível. Sergio Molina (2003), em sua crítica à superficialidade do planejamento turístico parcial, aponta o insuportável peso das políticas democráticas desarranjo nas desarranjadas economias latino-americanas. Quando essa perspectiva de desequilíbrio investimento / retorno social é transplantada para as regiões mais problemáticas desses mesmos países o resultado é escandaloso. O turismo litorâneo no Estado do Ceará cresceu, ganhou visibilidade e cooperou na modernização da economia regional. Mas o PIB do Ceará continua sendo, como a 20 anos atrás, 1% da produção econômica nacional.

Por outro lado, havia e permanece existindo a expectativa de que as desigualdades sociais e a exclusão das populações mais carentes à modernidade tenham diminuído. Ledo engano, posto que os indicadores que estabelecem os mínimos de qualidade de vida são forjados em função dos países centrais. Países cujos padrões sociais, tecnológicos e mesmo ambientais se elevam por inércia.

No desequilíbrio inter-regional do Ceará a região metropolitana de Fortaleza, concentrando dois quintos da população do estado e 60% de toda economia estabelece o verdadeiro "comando" do que se pode considerar gestão do turismo estadual.

A fundamentação teórica dessa gestão regional concentradora é estabelecida pela política de *clusters*, amparada na concepção sistêmica de gestão do Turismo do professor Mario Beni. Voltado ao fortalecimento da competitividade estratégica do planejamento multissetorial, Beni delimita as características do cluster turístico como:

O conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado, dotado de equipamentos e serviços de qualidade. [...] Na atualidade, a forma mais bem-sucedida de articulação (integração e interação) de um modelo gestor de destinação turística, envolvendo as modalidades de promoção, de comercialização, de desenvolvimento e de cooperação entre os agentes econômicos, culturais, políticos e sociais de um local ou região. Por isso precisa de um plano estratégico de turismo que crie uma estrutura de gestão [...] e permita atingir compromissos permanentes entre a iniciativa privada e o setor público, por meio de instrumentos que conduzam a [...] percepção de que todo projeto de desenvolvimento local / regional desencadeia um processo de reconstrução / reapropriação de um determinado território, entendido este como espaço apropriado. (Beni, 2003, p. 74-75).

Toda essa caracterização sistêmica da regionalização de um *cluster* não esconde o descompasso de uma discriminação intransponível (no modelo hegemônico) entre espaços turísticos e espaços não turísticos. Trata-se de uma estratégia de incorporação técnica dos mecanismos que reforçam a articulação entre o Turismo e os 52 setores (segundo o IBGE) de sua "cadeia produtiva". Mas tal incorporação, afirmando que o Turismo pode ser força motriz do desenvolvimento de regiões específicas, não consegue responder à questão: Como uma região não turística (um espécie de *anti-*

cluster) pode se *acelerar* seu desenvolvimento dentro dessa lógica competitiva. Não responde porque não pode.

Entende-se aqui que, fora de uma perspectiva comunicacional, nenhuma das regiões delimitadas pelo Ministério do Turismo, no Programa de Regionalização - Roteiros do Brasil (2004), em nível estado do Ceará (vide tabela 1) conseguirá alterar seu quadro de desenvolvimento sócio-econômico dentro das metas de superação da desigualdade. Isto de um lado porque é patente a limitação de atributos turísticos capazes de atender os requisitos básicos de modernização; de outro, pela incapacidade de inclusão de outras regiões nesta cadeia produtiva do turismo.

A apresentação geral das macroregiões turísticas do Estado do Ceará - feita no próximo item do texto - é completada no quadro pela indicação de doze municípios selecionados nesta pesquisa. Tal escolha procurou estabelecer um cruzamento de fatores que permitiriam o desenvolvimento do estudo no decorrer de três anos de investigação. São eles: a) a presença de um porte médio, em termos populacionais, diante da região que representam; b) A existência de uma coordenadoria estadual de ensino, denominada CREDE, a fim de facilitar os intercâmbios com o sistema oficial de ensino (exceção feita a Aquiraz, Caucaia e Acaratí); c) A caracterização de núcleo turístico regional visando interagir com os atributos de uma "cidade turística" (exceção feita a Horizonte, Maracanaú e Russa); d) Distribuição geográfica diferenciando critérios metropolitanos e interioranos, em termos físico-ambientais. Essa primeira etapa que está sendo concluída com o presente trabalho reafirma a importância de se trabalhar os dados turísticos como "novas condicionantes" das potencialidades educacionais do lugar.

Tabela 01

REGIÕES TURÍSTICAS CEARÁ	MUNICÍPIOS	ÁREA (km²)	POPULAÇÃO	MEIOS DE HOSPED.	AGÊNC. DE TURISMO	SEDE DE CREDE
	Núcleo Tur. Regionais	148.826	7.430.661	153	192	Número
Macrorregião Turística Araripe / Cariri	Aiuaba	2.461	14.452			
	Araripe	1.038	19.606			
	Assaré	1.122	20.882			
	Aurora	888	25.207			
	Barbalha	450	47.031	1		
	Brejo Santo	681	38.484			(20)
	Campos Sales	1.088	25.566			
	Caririáçu	688	25.733			
	Crato	1.113	104.646	1		(18)
	Iço	1.928	62.521			(17)
	Iguatu	1.038	85.615			(16)
	Jardim	499	26.414			
	Juazeiro do Norte	234	212.133	1	9	(19)
	Missão Velha	532	32.586			
	Nova Olinda	289	12.077			
	Orós	596	22.023			
Santana do Cariri	803	16.847				
Tauá	3.940	51.948			(15)	
TOTAL	19.388	843.771	3	9		
% NO ESTADO	13,03%	11,36%	1,96%	4,69%		
Macrorregião Turística Fortaleza / Metropolitana	Aquiráz	481	60.469	8	1	
	Caucaia	1.190	250.479	4	1	
	Eusébio	78	31.500			
	Fortaleza	312	2.141.402	84	174	(21)
	Guaiúba	270	19.884			
	Horizonte	191	33.790			(09)
	Maracanaú	98	179.732			(01)
	Maranguape	652	88.135	1		
	Pacajus	241	44.070			
	Pacatuba	137	51.696			
	São G. do Amarante	842	35.608	7		
	TOTAL	4.492	2.936.765	104	176	
	% NO ESTADO	3,02%	39,52%	67,97%	91,67%	
Macrorregião Turística Litoral Leste / Apodi	Aracati	1.270	61.187	1	1	
	Beberibe	1.620	42.343	1		
	Cascavel	817	57.129			
	Fortim	278	12.066			
	Icapuí	428	16.052			
	Jaguaribara	593	8.730			
	Jaguaribe	1.814	35.062			(11)
	Limoeiro do Norte	768	49.620			
	Morada Nova	2.784	64.400			
	Pindoretama	75	14.951			
	Russas	1.607	57.320			(10)
	TOTAL	12.054	418.860	2	1	
% NO ESTADO	8,10%	5,64%	1,31%	0,52%		
Macrorregião Turística Litoral Oeste / Ibiapaba	Acarauá	835	48.968			(03)
	Amontada	1.575	32.333			
	Barroquinha	366	13.921			
	Bela Cruz	843	28.358			
	Camocim	1.152	55.448	5	1	(04)
	Carnaubal	291	15.230			
	Chaval	247	12.163			
	Crateús	2.787	70.898			(13)
	Croata	381	16.064			
	Cruz	328	19.779	1		
Granja	2.693	48.484				
Guaraciaba do Norte	535	35.037				

Macrorregião Turística Litoral Oeste / Ibiapaba (cont.)	Ibiapina	367	22.157		
	Ipu	633	39.078		
	Itapagé	397	41.093		
	Itapipoca	1.186	94.369		(02)
	Itarema	735	30.347		
	Jijoca de Jericoacoara	195	12.089	5	1
	Meruoca	155	11.339		
	Paracurú	295	27.541	5	
	Paraipaba	313	25.462	1	
	Pentecoste	1.346	32.600		
	São Benedito	300	39.894		1
	São Luis do Curu	125	11.497		
	Sobral	2.120	155.276	4	(06)
	Tejuçuoca	801	13.519		
	Tianguá	645	58.069	1	(05)
	Trairi	939	44.527	8	
	Ubajara	289	27.095		
	Uruburetama	125	16.444		
	Viçosa do Ceará	1.296	45.427		
	TOTAL	24.295	1.144.506	30	3
% NO ESTADO	16,32%	15,40%	19,61%	1,56%	
Macrorregião Turística Serras Unidas / Baturité	Acarape	136	19.606		
	Aracoiaba	625	24.064		
	Aratuba	157	12.359		
	Barreira	227	17.024		
	Baturité	346	29.861		(08)
	Capistrano	186	15.830		
	Guaramiranga	107	5.714	8	
	Itapiúna	590	16.276		
	Mulungu	103	8.897	1	
	Ocara	772	21.584		
	Pacoti	94	10.929	3	
	Palmácia	150	9.859		
	Redenção	240	24.993		
	TOTAL	3.733	216.996	12	0
	% NO ESTADO	2,51%	2,92%	7,84%	0,00%
	Macrorregião Turística Sertão Central	Banabuiú	1.120	16.173	
Canindé		3.199	69.601		2 (07)
Caridade		788	15.604		
Itatira		737	15.541	1	
Piquet Carneiro		578	13.131		
Quixadá		2.051	69.654		1 (12)
Quixerambim		3.261	59.235		
Senador Pompeu		1.039	27.225		(14)
TOTAL		12.865	286.164	1	3
% NO ESTADO		8,64%	3,85%	0,65%	1,56%

FONTE: Ministério do Turismo (Gov. Federal) - Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil e Secretaria da Educação Básica do Governo do Estado do Ceará.

Mas a grande barreira encontra-se na leitura do papel destinado ao Turismo diante dos desafios do Sistema Educacional (SEDUC, 2006). A leitura não se faz simplesmente porque não inverte a questão fundamental. Pouco importa como se deve educar para o turismo quando não se faz a mínima idéia do que o turismo possa servir à Educação. A alvo da

perspectiva comunicacional é exatamente denunciar que o arranjo regional de desenvolvimento deve deslocar o papel do Turismo: retirá-lo da exclusiva condição de fim, elevando-o a instrumento de educação. De que maneira?

Tabela 02

Regiões Turísticas Roteiros do Brasil (MINTur/ SETUR/CE)	Total de municípios	Regiões prioritárias p/ desenvolvimento turístico (SETUR)	Total de Municípios	Diretorias de Ensino (CREDEs)	Núcleos Turísticos Regionais
Araripe / Cariri	18	Cariri	08	06	04
Fortaleza Metropolitana	11	Faixa litorânea	01	03	02
Litoral Leste / Apodi	11	Litoral /Leste	06	02	02
Litoral Oeste / Ibiapaba	31	Médio Oeste Extremo Oeste	05 04	06	06
Serras Úmidas / Baturité	13			01	01
Sertão Central	08			03	02
TOTAL	92	04	24	21	17

FONTE: Ministério do Turismo (Gov. Federal) - Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil e Secretaria da Educação Básica do Governo do Estado do Ceará.

As Regiões Turísticas do Ceará: Crítica e Redimensionamentos

A configuração de regiões turísticas para o estabelecimento de investimentos e roteiros integrados possui uma data referencial. A implantação oficial da Secretaria de Turismo do governo estadual em 1995 e toda uma política articulada aos Programas de Desenvolvimento do Turismo na região nordestina - PRODETUR-NE; PRODETUR-CE; PRODERTURIS (Cruz, 2000; Benevides, 1998). Seu resultado mais recente, em nível de planejamento e metas, foi a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará (2004-2007). É no cumprimento de seus objetivos centrais, chamados de macro-processos de gestão estratégica, que se configuraram as regiões prioritárias para o fomento a indústria do Turismo (Coriolano, 2005).

Dos 184 municípios do Estado, um total de 50% (92, conforme a Tabela 2) são considerados "turísticos", isto é, inclusos em uma das seis macro-regiões em que se divide o estado. Entretanto, a priorização de 4 dessas regiões, isolando em uma delas a capital e subdividindo outra em dois agrupamentos litorâneos, demonstra a convencional necessidade de se fazer política de turismo em função, quase exclusiva da demanda de turistas. O plano da SETUR diz textualmente:

O objetivo da regionalização é incentivar o desenvolvimento sustentável nas unidades da federação, de forma regionalizada, no sentido de ampliar a oferta turística, estruturar produtos mais competitivos, integrar o planejamento e a gestão da atividade turística e fortalecer a identidade das regiões priorizadas. (SETUR, 2004, p.5)

Quando se observa a representatividade desses 24 municípios, em termos de economia do turismo, tem-se a exata dimensão de que a prioridade no tratamento regional visa, essencialmente, concentrar esforços mercadológicos nos territórios de retorno (financeiro e político) mais imediato. Reconhecendo a força progressiva do Turismo, na capacidade de incrementar a economia do Estado - os indicadores de 2001 11,8% do PIB neste setor, o documento justifica a escolha das regiões prioritárias por intermédio dos índices de seus municípios. As 24 localidades representam apenas 13% dos municípios cearenses. Mas por contar com importantes cidades da região metropolitana, incluindo a capital, formam 44% da população do Estado e 49,4% de seu Produto Interno Bruto. Trata-se de uma área "privilegiada" que em seu conjunto formaria um IDH semelhante ao do município litorâneo de Cascavel, 0,673, ou 22º lugar no

Ranking do Estado. (dados do Instituto de Planejamento do Ceará de 1998).

Visualizou-se nesse conjunto de justificativas e delimitações uma base exemplar sobre a qual poder-se-ia reorientar a escolha de localidades turísticas, todavia com propósito mais crítico e criativo. O propósito de estabelecer uma rede de desenvolvimento do turismo educativo, a partir da incorporação pedagógica desse conjunto de atrativos locais / regionais.

Acrescentando a capital Fortaleza aos doze municípios escolhidos, constitui-se uma dinâmica de caracterização dos seus sistemas de ensino e de sua infra-estrutura patrimonial (equipamentos e eventos), por fontes indiretas, mas demarcadoras de escolas e roteiros alvo. A idéia é compor um conjunto de escolas conveniadas com o qual possa ser feito um trabalho de completo (elaboração, acompanhamento e avaliação participante) de roteiros para o Turismo *geoeducativo* nos municípios. Denominá-lo como *geoeducativo* é reafirmar a perspectiva de instrumentalização que o

turismo pode assumir na educação geográfica dos cidadãos. Educação significativa e comprometida com o intercâmbio de vivências e técnicas não escolares (Faria, 1999). Desde que sua prática esteja fomentada pelo exercício permanente de interações com o lugar e seus agentes. Sem o vício mercadológico de um turismo *sustentável* apenas para os outros. Portanto, sem a irresponsabilidade de quem ainda o planeja sem metas educacionais.

O levantamento, que permitiu a confirmação desses treze municípios da Tabela 03, foi orientado pela compreensão sócio-integradora do fortalecimento regional. O porte dos municípios em sua expressão populacional (atualizada pela recente publicação das estimativas demográficas municipais do IBGE) amplia a possibilidade de se trabalhar com uma oferta mais diversificada de escolas, roteiros e parcerias para visitação. O que evita a superficialidade de escolher o município a partir de atrativos inacessíveis em termos escolares. Muito embora se pense a

Tabela 3

Municípios	População 2006 (IBGE)	Atrativos	Parcerias	
Metropolitanos	Fortaleza	2.416.920	Gerais: TURISMO EMISSIVO	
	Horizonte	45.251	Industriais, comerciais	Metrópole 1
	Aquiraz	70.938	Litorâneos, Históricos, de Reservas	
	Maracanaú	196.422	Industriais, comerciais	Metrópole 2
	Caucaia	313.584	Litorâneos, de Reservas, Serranos	
Interioranos	Aracati	68.673	Históricos, Litorâneos, Eventos	Oeste
	Russas	65.268	Agropecuários, Comerciais	Leste
	Camocim	58.710	Históricos, Litorâneos,	
	Tianguá	68.464	Serranos, Comerciais	
	Baturité	31.736	Serranos, Históricos	Sertão 1
	Quixadá	75.717	Sertanejos, Culturais	
	Crato	115.087	Eventos, Negócios, Culturais, Históricos	Sertão 2
	Tauá	52.398	Científicos, Sertanejos	

integração de regiões de maneira tão superficial. A regionalização, nesses termos, não permanece como pura e continuidade material do fluxo de capitais nos mesmos aparatos técnicos (Magalhães, 2002). Pode alterar na sistematização das parcerias intermunicipais o campo de forças que as mantém em uma competição desprovida de qualquer cooperação.

Uma regionalização que aflora dos intercâmbios geográficos e está centrada no fazer turístico dos próprios educandos, trás para o centro da cena regional o cidadão-morador. Cidadão esse que só por uma questão espaço-temporal específica, pode ser tido como turista. Assim, se no jogo de faz de conta, imposto pela lógica hegemônica da indústria do Turismo, o morador de Tauá em Crato ou de Russas em Aracati não se entende como turista no plano imaginativo de uma prática geoeseducativa esse entendimento é regra. Há que se ver em situação de alteridade - e se lidar com as alteridades mais diversas no próprio local de residência - para extrair a base emancipadora que o turismo pode proporcionar; embora raramente o faça. Assim, vêm sendo constituídas condições para negociação com as prefeituras e órgãos estaduais visando incremento do esperado intercâmbio intermunicipal. Aquele momento onde grupos de escolas de dois ou mais municípios possam receber e enviar seus representantes nessa prática de visitação, local e entrecruzada regionalmente.

O primeiro movimento dessa outra regionalização transparece na demarcação de dois grupos de localidades metropolitanas. Um reunindo o conjunto de potencialidades turísticas e práticas escolares de Caucaia, Aquiraz (municípios costeiros, mais turísticos), Horizonte e Maracanaú (municípios mais interioranos, industriais e não turísticos, em termos convencionais). Seria uma forma de perceber os contrastes na recepção dessa

metodologia. Como seria dado crédito a uma proposta de desenvolvimento regional do turismo centrada na prática educacional?

O segundo grupo assume a complexidade das regiões administrativas da própria Capital. Dificilmente se realizará um levantamento geoeseducativo semelhante, sem sofrer os impactos do gigantismo urbano. Cabe aqui, isto sim, uma inversão das pautas de verificação dos potenciais. Em Fortaleza deve-se tratar da demanda pelo turismo a outras localidades. É a formulação em escala metropolitana do turismo emissivo. Ao invés de reiterar os atrativos da cidade, cumpre observar sistematicamente como a cidade (via escola) constrói o imaginário a respeito de outros lugares. E por que não compor esses "outros" dentro, e depois também, fora da área metropolitana? Grande parte dos discentes terá o prazer de constatar, no exercício desse *novo olhar* turístico (Urry, 1996):

- a) A realidade temporal e momentânea (descontínua) do ser turista;
- b) A importância de estabelecer novas identidades diante daquelas desigualdades que se perpetuam;
- c) A possibilidade de receber e ser recebido por estudantes, de sua região, em cooperação permanente com o ato educativo.

Significativas experiências extracurriculares dos estudantes de nível superior tornam o turismo emancipador (Ferreira, 2001) uma garantia de qualificação de sua formação. Para muitos não fossem esses exercícios de intercâmbios a universidade seria como outra escola qualquer. O que essa pesquisa participante comporta é justamente a efetivação de tal processo no âmbito do planejamento turístico regional. Só assim a crítica deferida à gestão oficial do Turismo no Ceará pode pautar-se por uma questão ainda mais

convicente do que não sustentabilidade financeira. A responsabilidade educacional do turismo não faz parte dos objetivos de sua gestão. Uma região tão carente não pode dispensar a comunicação como vetor desse processo.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Elyana; BULCÃO, Marly. Bachelard. Pedagogia da Razão, Pedagogia da Imaginação. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.
- BENEVIDES, Ireleno P. Turismo e Prodetur. Dimensões e Olhares em parceria. Fortaleza: EDUFC, 1998.
- BENI, Mario C. Globalização do Turismo. Megatendências do Setor e a Realidade Brasileira. São Paulo. 2003.
- BOULLON, Roberto. Planejamento do Espaço Turístico. Bauru-SP. Edusc, 2002.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.; FERNANDES; Laura Mary M. Turismo: Ações e contradições da Realidade Cearense. In Ceará: um novo Olhar Geográfico. Silva, J. B. da; Cavalcante, T. C.; Dantas, E. (org.) Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p 383 - 410.
- CRUZ, Rita de C. Política de Turismo e Território. São Paulo: Contexto, 2000.
- FARIA, Wilson. Aprendizagem e Planejamento de Ensino. São Paulo: Ed. Ática, 1989
- FERREIRA, Maria Nazareth. As Festas Populares e a Expansão do Turismo. A experiência Italiana. São Paulo: Arte & Ciência - Villipress. 2001.
- MAGALHÃES, Claudia F. Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios. São Paulo: Roca, 2002.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. Dos Meios às Mediações. Comunicação, cultura e Hegemonia. Rio de Janeiro. Eduerj, 2003.
- MINISTERIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo. Roteiro do Brasil. Disponível em <http://www.mintur.gov.br> Acessado em 06/05/2006.
- MOLINA, Sérgio; MOLINA, Rodriguez. Planejamento Integral do Turismo. Um enfoque para a América Latina. Bauru-SP. Edusc, 2001.
- OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. Ensino de Geografia e Ciências da Comunicação: Por uma Geografia Mundana. In Revista Mercator, Fortaleza: UFC, 2004, ano 3, Número 06, p.61-70.
- PEIRCE, Douglas G. Geografia do Turismo. Fluxos e Regiões no Mercado. São Paulo: Aleph, 2003.
- SANTOS, Milton, A natureza do Espaço. Técnica, Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Contexto, 1996.
- SEDUC - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Distribuição das Coordenadorias Regionais de Ensino. Disponível em <http://www.seduc.ce.gov.br/crede> . Acessado em 31/07/2006.
- SETUR - SECRETARIA DE TURISMO. GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ.. Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo - 2004-2007. Disponível em <http://www.ceara.gov.br/turismo>. Acessado em 31/07/2006.
- SILVA, J. Borzacchiello da. A Região Metropolitana de Fortaleza. In Ceará: um novo Olhar Geográfico. Silva, J. B. da; Cavalcante, T. C.; Dantas, E. (org.) Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p 101 - 124.
- URRY, John. O Olhar do Turista. Lazer e Viagens nas sociedades Modernas. São Paulo: Studio Nobel. SESC. 1996.